

Dossiê: Velhices e Experimentações Teórico-Methodológicas na Antropologia**Uma Etnografia em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos no Município de Natal: A Linguagem do Sofrimento Manifestada nos Corpos Velhos**

Paulo Dourian Pereira de Carvalho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus Macau
paulo.dourian@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-1961-8970>

RESUMO

Este artigo nasce da pesquisa de mestrado realizada entre 2016 e 2018 intitulada “*Linguagem do Sofrimento*”: *Uma Interpretação Sócio-Antropológica do Instituto Juvino Barreto em Natal (RN)*, tendo sido defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN), cujo objetivo foi compreender o modo como se constitui o que foi nomeado como uma “linguagem do sofrimento” no Instituto Juvino Barreto, uma Instituição de Longa Permanência para Idosos no município de Natal. No estudo, empreendeu-se uma abordagem sócio-antropológica, aliando a experiência etnográfica à observação participante, às conversas informais, às narrativas dos velhos e velhas “residentes” e às teorias sociais que ajudassem a compreender a realidade institucional. As reflexões sobre as vivências e os dados da pesquisa tornaram possíveis interpretações que apontam para a existência de uma instituição total, revelada nos elementos do cotidiano e na estrutura física do Instituto. Depreende-se que a “linguagem do sofrimento” se manifestava no controle dos corpos, no disciplinamento institucional, na medicalização, bem como na contenção mecânica, que visava aliviar as ditas “crises”, surtos psicóticos e fugas dos “residentes” do Instituto.

Palavras-chave: Antropologia; Envelhecimento; Etnografia; Medicalização e Sofrimento Social.

An Ethnography in a Long-Term Care Institution for the Elderly in the Municipality of Natal: The Language of Suffering Manifested in Elderly Bodies

ABSTRACT

This article stems from the master's research conducted between 2016 and 2018 entitled “*Language of Suffering: A Socio-Anthropological Interpretation of the Instituto Juvino Barreto in Natal (RN)*”, defended within the Graduate Program in Social Anthropology at the Federal University of Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN). The research aimed to understand how what was named a “language of suffering” is constituted at Instituto Juvino Barreto, a Long-Term Care Institution for the Elderly in the city of Natal. The study employed a socio-anthropological approach, combining ethnographic experience with participant observation, informal conversations, the narratives of elderly “residents,” and social theories that contributed to understanding the institutional reality. Reflections on lived experiences and research data made possible interpretations that point to the existence of a total institution, revealed through the elements of everyday life and the physical structure of the Institute. It is inferred that the “language of suffering” manifested itself through the control of bodies, institutional disciplining, medicalization, as well as mechanical restraint, which aimed to alleviate so-called “crises,” psychotic outbreaks, and escape attempts by the Institute’s “residents.”

Keywords: Anthropology; Aging; Ethnography; Medicalization and Social Suffering.

Una etnografía en una Institución de Larga Permanencia para Personas Mayores en el Municipio de Natal: el lenguaje del sufrimiento manifestado en los cuerpos envejecidos

RESUMEN

Este artículo surge de la investigación de maestría realizada entre 2016 y 2018 titulada “*Lenguaje del Sufrimiento: Una Interpretación Socio-Antropológica del Instituto Juvino Barreto en Natal (RN)*”, defendida en el ámbito del Programa de Posgrado en Antropología Social de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN), cuyo objetivo fue comprender el modo en que se constituye lo que fue denominado como un “lenguaje del sufrimiento” en el Instituto Juvino Barreto, una Institución de Larga Permanencia para Personas Mayores en el municipio de Natal. En el estudio, se emprendió un enfoque socio-antropológico, articulando la experiencia etnográfica con la observación participante, las conversaciones informales, las narrativas de los viejos y viejas “residentes” y las teorías sociales que ayudaran a comprender la realidad institucional. Las reflexiones sobre las vivencias y los datos de la investigación hicieron posibles interpretaciones que apuntan a la existencia de una institución total, revelada en los elementos de la vida cotidiana y en la estructura física del Instituto. Se desprende que el “lenguaje del sufrimiento” se manifestaba en el control de los cuerpos, en el disciplinamiento institucional, en la medicalización, así como en la contención mecánica, destinada a aliviar las llamadas “crisis”, brotes psicóticos y fugas de los “residentes” del Instituto.

Palabras clave: Antropología; Envejecimiento; Etnografía; Medicalización y Sufrimiento Social.

Introdução

Este artigo corresponde a um recorte da minha dissertação de mestrado, fruto de uma pesquisa que foi financiada com bolsa de demanda social concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizada entre 2016 e 2018 intitulada “*Linguagem do Sofrimento*”: Uma Interpretação Sócio-Antropológica do Instituto Juvino Barreto em Natal (RN), defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN), sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Guilherme Octaviano do Vale.

Dos primeiros dias da investigação, tenho a lembrança de uma tarde chuvosa, de maio de 2017, quando estava sentado na sala de recepção do Instituto Juvino Barreto (JB), aguardando ser atendido pela diretora que receberia o ofício formalizando meu vínculo de pesquisa com a Instituição. Enquanto esperava, observava alguns velhos e velhas sentados ao meu lado; ao longe, gritos e choros atravessavam o barulho da chuva que caía sobre o jardim.

Na pesquisa, optei por utilizar as palavras “velho” e “velha” como postura política de enfrentamento às conotações negativas historicamente associadas a esses termos. Afinal, ser velho ou velha constitui uma experiência do ciclo da vida, e os sentidos pejorativos atribuídos a essas categorias são construções sócio-históricas passíveis de desconstrução e ressignificação. Shirley Prado (2006) e Jane Sayd (2006), por exemplo, criticam o discurso geriátrico e gerontológico por recorrer a eufemismos como “terceira idade”, “idade madura” ou “pessoa idosa”, numa tentativa velada de negar a velhice. Durante as primeiras visitas, percebi que as categorias “velho” e “velha” eram utilizadas cotidianamente tanto pelos residentes quanto pelos funcionários da instituição.

As observações preliminares fizeram-me perceber que muitos daqueles velhos e velhas possuíam olhares distantes e perambulavam lentamente pelos espaços da instituição, como se ali vigorasse um ritmo singular de vida. Desde as primeiras visitas, notei tratar-se de um ambiente permeado por tensões, o que levou a pesquisa a buscar decifrar a linguagem comunicada pela Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), especialmente aquela manifestada nos corpos dos residentes. Conforme aponta Iara Souza (2013), o mundo da vida é também um mundo de linguagem, por meio da qual as experiências ganham coerência e sentido.

Meu interesse consistia em compreender as linguagens tecidas no Instituto como teias de significados que davam forma a uma cultura organizacional marcada por um

universo simbólico particular. Nesse sentido, inspirei-me na antropologia interpretativa de Clifford Geertz (1989) e na sociologia compreensiva de Max Weber (2001), perspectivas voltadas menos para a busca de leis universais e mais para a interpretação dos sentidos das ações sociais e da cultura como produção simbólica construída na vida social.

As ILPIs constituem espaços destinados ao acolhimento de pessoas velhas que necessitam de cuidados permanentes ou auxílio nas atividades cotidianas. No Brasil, o termo consolidou-se sobretudo a partir da Resolução RDC n.º 283/2005 da ANVISA, que define tais instituições como moradias coletivas para pessoas com 60 anos ou mais, com ou sem suporte familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania. Historicamente associadas aos antigos asilos, essas instituições ainda carregam marcas assistencialistas e segregadoras, embora as transformações demográficas e o aumento da expectativa de vida tenham ampliado os debates acerca da institucionalização, evidenciando tensões entre cuidado, abandono, medicalização, sofrimento e precarização da vida. É nesse contexto que se insere a pesquisa realizada no Instituto Juvino Barreto, no município de Natal.

Na perspectiva adotada nesta investigação o envelhecimento não deve ser compreendido apenas como um processo biológico ou cronológico. As ciências humanas e sociais, especialmente a antropologia, demonstram que a velhice também é uma construção histórica, cultural e social. Simone de Beauvoir (1990) evidencia como a condição do velho é atravessada por relações de poder, exclusão e invisibilização, enquanto Guita Grin Debert (1999) destaca a importância de analisar o envelhecimento a partir das experiências concretas dos sujeitos e dos significados culturalmente atribuídos à idade. Assim, a antropologia do envelhecimento desloca o debate de uma perspectiva exclusivamente biomédica para uma análise que considera corpos, afetos, memórias, sofrimentos e formas de sociabilidade produzidas na experiência de envelhecer.

No imaginário social de muitas pessoas em Natal, o Instituto surgia como um espaço marcado pelo sofrimento. Frequentemente, ao mencionar que realizava pesquisa no JB, ouvia comentários como: “ali é muito pesado”, “é uma realidade muito dura”, “os velhos ali sofrem muito”. Essas falas levaram-me a interrogar a própria categoria “sofrimento”, questionando se ele poderia manifestar-se como linguagem. A problematização emergiu da observação etnográfica e da tentativa de desconstruir discursos simplificadores ou maniqueístas, inspirando-se na “descrição densa” de Clifford Geertz (1989) e na sociologia compreensiva de Max Weber (2001).

Metodologia

As idas a campo ocorreram entre maio de 2017 e junho de 2018, em horários variados — manhã, tarde e noite —, a fim de acompanhar diferentes momentos da rotina institucional. Durante as visitas, realizei pequenas atividades cotidianas que também funcionaram como estratégia de aproximação com os (as) interlocutores (as) da pesquisa. Rafaella Novaes (2016) destaca a importância de realizar uma “pesquisa com”, e não “sobre” as pessoas, enquanto Clifford Geertz (1989) afirma que a cultura constitui um conjunto de textos que o antropólogo tenta ler “sobre os ombros” daqueles a quem pertencem.

Atentei para as lições metodológicas de Bronislaw Malinowski (1978), especialmente quanto à necessidade de observar cuidadosamente atos e comportamentos, abandonando, em alguns momentos, as ferramentas formais para mergulhar na “zona da vida”, percebendo os elementos subjetivos e a lógica cotidiana que organiza os modos de pensar e sentir dos sujeitos pesquisados.

Nas primeiras visitas, tive a impressão de ser invisível para os “residentes”, que me tratavam com certa indiferença. Com o tempo, porém, essa distância foi substituída pela construção de vínculos afetivos, favorecidos pela convivência cotidiana, pelas conversas, pela escuta atenta.

Em campo, passei por um processo de adaptação à linguagem institucional. Aos poucos, deixei de forçar diálogos e de associar um “campo bem-sucedido” à obtenção constante de depoimentos. Compreendi que a eloquência da experiência também se manifestava na observação silenciosa da rotina, dos ritmos lentos, dos choros, risadas, gritos e silêncios que atravessavam o cotidiano institucional. Michael Pollak (1989) observa que o silêncio pode estar ligado a zonas de sombra, medos, traumas e experiências difíceis de serem narradas, sobretudo quando os sujeitos não encontram escuta para aquilo que viveram.

Decidi, então, interrogar a linguagem do JB por meio da etnografia, pautada na observação próxima e participante. Na escrita, utilizei nomes fictícios para preservar a privacidade dos (as) interlocutores (as), embora Claudia Fonseca (2007) ressalte que a descrição densa frequentemente revela elementos contextuais capazes de identificar os sujeitos pesquisados. Também procurei manter algumas categorias êmicas destacadas em aspas e/ou *itálico*. No JB, por exemplo, havia uma distinção entre “funcionários” e “residentes”. Segundo a enfermeira da instituição, a categoria “residentes” era utilizada

para evitar o termo “paciente”, afastando a ideia de hospitalização e reforçando a noção do Instituto como espaço de moradia. Iara Souza (2003), ao discutir instituições hospitalares, observa que o estatuto de “paciente” pode produzir formas de estigmatização e afastamento do mundo social.

Após essas considerações metodológicas, apresento algumas informações sobre o Instituto para, em seguida, descrever uma situação de campo envolvendo a contenção do “residente” Manuel em uma cadeira de rodas. A partir desse dado etnográfico, discuto elementos que compõem aquilo que interpretei como uma “linguagem do sofrimento” institucional, perceptível em práticas de controle dos corpos, disciplinamento, medicalização e contenção mecânica presentes em determinadas situações de cuidado cotidiano.

Breve História



Figura 1 - Fachada do JB. Na placa ao centro é possível ler o principal bordão do Instituto, que diz "Envelhecer Vivendo" –
Fonte: Acervo de Rafaela Dantas

Em 2018, o Instituto Juvino Barreto completava 76 anos de funcionamento. Tratava-se de uma instituição tão velha quanto aqueles e aquelas que abrigava, marcada pela precariedade de recursos e pelo descuido estatal, refletindo o (não) lugar historicamente ocupado pelas pessoas velhas nas agendas públicas. Os problemas financeiros e administrativos atravessavam profundamente a realidade do JB. Reportagem publicada pelo G1 RN, em 04/06/2014, informava uma crise decorrente da falta de repasses da Prefeitura de Natal, situação que teria reduzido o número de residentes de 174 para 81, além de provocar atrasos salariais e dificuldades no funcionamento institucional.

Em visita à Secretaria do Trabalho e Assistência Social de Natal-RN, em abril de 2018, fui informado de que o convênio entre o município e o Instituto não era renovado havia bastante tempo, embora houvesse tentativas de restabelecê-lo. Nas conversas realizadas no entorno do JB, surgiam comentários recorrentes acerca da precariedade administrativa da instituição e da má gestão de recursos em períodos anteriores. Algumas interlocutoras associavam uma aparente melhora recente à mudança de administração ocorrida em 2017, quando a direção passou para uma irmã de caridade que já atuava no Instituto havia mais de vinte anos.

As disputas em torno da gestão do JB apareciam constantemente na imprensa local. Reportagens da Tribuna do Norte, publicadas em 2010 e 2011, mencionavam crises administrativo-financeiras, intervenção judicial, denúncias de uso indevido de recursos, ausência de prestação de contas, atrasos salariais e precariedade nas condições de cuidado oferecidas aos residentes. Segundo relatos divulgados à época, o Instituto apresentava problemas relacionados à assistência médica, alimentação adequada, higienização e fornecimento de itens básicos aos velhos e velhas institucionalizados.

O JB despertava-me impressões ambíguas. Ao mesmo tempo em que a imprensa local frequentemente divulgava festas e momentos de aparente alegria dos residentes, o cotidiano institucional revelava tensões, silêncios e memórias marcadas por experiências de abandono, negligência e sofrimento. As narrativas de velhos, velhas e trabalhadores do Instituto evidenciavam as complexidades da vida asilar e apontavam para formas de esquecimento social que ultrapassavam o âmbito familiar, alcançando também o Estado e os modos pelos quais a sociedade lida com o envelhecimento.

O Instituto

Obtive informações sobre a história do Instituto Juvino Barreto (JB) por meio do antigo portal da instituição e da *Revista Juvino Barreto* (2005), edição comemorativa dos 60 anos do Instituto, disponibilizada pela enfermeira da instituição. Segundo o documento, o JB é uma obra da Companhia das Filhas da Caridade da Associação São Vicente de Paulo de Recife-PE, fundada em 19 de abril de 1944 como instituição civil e filantrópica destinada inicialmente ao acolhimento temporário de velhos e velhas carentes. Com o passar do tempo, o lugar transformou-se em moradia permanente para seus “residentes”.

De acordo com a revista (2005), o Instituto surgiu em meio à necessidade de assistência aos flagelados da seca, mendigos e velhos desamparados que chegavam à cidade durante o contexto final da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente instalado em uma pequena residência sob os cuidados de uma irmã de caridade, o JB ampliou-se com a chegada de outras religiosas e consolidou-se como espaço marcado pela assistência material, moral e religiosa, mantendo historicamente forte vínculo com práticas de evangelização e caridade.

O documento informa ainda que, em 1946, o abrigo passou à direção da Prefeitura Municipal, sendo posteriormente denominado Instituto Juvino Barreto e administrado pelas Filhas da Caridade. Embora tenha surgido voltado ao acolhimento de mendigos e pessoas velhas sem meios de subsistência, o perfil institucional modificou-se ao longo do tempo. Em 2018, a permanência no Instituto dependia do recebimento de aposentadoria ou benefício previdenciário, dos quais 70% eram destinados à manutenção da instituição.

Localizado em área valorizada de Natal, o JB sobrevivia mediante recursos provenientes dos benefícios dos residentes, além de parcerias com setores públicos e privados que auxiliavam com profissionais, materiais e serviços. Em 2005, o Instituto atendia cerca de 170 velhos e velhas; em 2018, esse número havia diminuído para aproximadamente 51 residentes, em razão das dificuldades financeiras e administrativas enfrentadas pela instituição.

Era frequente a presença de residentes com demência, diabetes, transtornos psiquiátricos e limitações na comunicação oral, sendo minoria aqueles considerados “lúcidos e orientados”, nos termos utilizados pelos profissionais do JB. Em 2018, o Instituto possuía cerca de 14.000 m², com apartamentos, vilas, posto de enfermagem, lavanderia, refeitório, farmácia, capela e aproximadamente 44 funcionários, entre

cuidadores, profissionais de saúde, cozinheiros, assistentes sociais e pessoal administrativo.

O espaço institucional era marcado pela presença de símbolos religiosos, imagens de santos e frases espalhadas pelos murais, como “Não me rejeites na minha velhice” e “Quando me faltarem as forças, não me desampares”. O lema “Envelhecer Vivendo” aparecia com frequência pelos ambientes. Contudo, a presença desses símbolos coexistia com outras características do cotidiano institucional que me levaram a compreender o JB como uma instituição total nos termos de Erving Goffman (1961).

A rotina da Instituição Total

No JB, o dia começava com uma missa às 06h30 da manhã. Neste horário, alguns dos “residentes” que tinham interesse em participar se dirigiam até a capela, aqueles que podiam ir sozinhos. Outros eram levados em suas cadeiras de rodas pelos cuidadores ou pelas freiras. A missa era muito cedo, a ponto de alguns residentes ficarem “pescando” enquanto o padre dava os sermões. O sacerdote ia todos os dias da semana bem cedo ao Instituto para poder conduzir a cerimônia.

Às 08h00 da manhã, era servido o café no refeitório. O momento das refeições era o mais aguardado no JB, ocasião em que muitos “residentes” saíam ávidos para pegar o seu prato. Quando havia atrasos no horário, ocorriam muitas reclamações; alguns (as) velhos/as ficavam muito nervosos e irritados.

Após o café da manhã, era servido um lanche às 10h00. O almoço acontecia entre 11h30 e 12h00. Presenciei velhos/as indo para a porta do refeitório pedirem para servirem logo a refeição, porque diziam estar com fome. Outros ficavam esperando na porta do refeitório antes do horário previsto. Alguns “residentes” pareciam fazer do momento da refeição o mais importante na rotina institucional, a ponto de ir dezenas de vezes ao longo do dia verificar se já estavam servindo alguma comida.

O sino era tocado algumas vezes para avisar que a refeição estava pronta, mas nem sempre, pois os funcionários comunicavam uns aos outros o momento de levar os “residentes” para o refeitório. O rito de levar os (as) velhos/as para as refeições era diário e repetitivo. Os lanches geralmente eram servidos nas copas dos salões, nas camas ou mesmo no pátio ao lado da capela, em frente aos alojamentos. Depois de levar todos os (as) velhos/as para as refeições, era preciso trazê-los de volta para os seus leitos ou para o pátio de lazer.

Após o almoço, um lanche era servido por volta das 15h00, lanches que podiam ser sucos, bolachas de sal, café, vitaminas etc. Nos momentos pós-refeições, os (as) velhos/as eram colocados no pátio de lazer (figura 02), que ficava em frente aos dois alojamentos, exceto no jantar, quando eram alocados em seus leitos. No pátio de lazer, eles e elas costumavam ficar com as cadeiras de rodas umas ao lado das outras; outros permaneciam sentados em cadeiras de balanço. Ficavam bastante tempo no pátio até que pediam para serem levados a suas camas ou para algum outro lugar dentro do Instituto.



Figura 2 - Pátio de Lazer onde "residentes" costumam passar a maior parte do dia – Fonte: Site Tribuna do Norte.

A oração do terço acontecia quase todos os dias por volta das 16h00, diferente das missas, que aconteciam pela manhã cedo e, aos domingos, às 09h00. Depois do lanche da tarde, era servido o jantar entre 16h30 e 17h00. Novamente, o ritual de levar todos eles e elas para o refeitório se repetia.

Geralmente, às 18h00, a maioria dos “residentes” já estava na cama, esperando o lanche da noite, que era servido às 20h00. Após esse horário, eles dormiam para acordar no dia seguinte e repetir o processo. Estes eram os horários fixos e previstos para as atividades acontecerem. Enquanto estavam nos salões, nas cadeiras de rodas, poltronas ou

deitados em suas camas, a principal atividade dos velhos e velhas era ver televisão, escutar rádio ou ficar sentados. Às vezes, apareciam visitantes que traziam presentes; nesses momentos, algumas velhas se mostravam entusiasmadas.

Percebi que alguns (as) velhos/as costumavam cantar em horários vagos ou perambular pelos corredores e salões do JB. Outros ficavam sentados nos bancos espalhados pelo JB, a observar o que acontecia no entorno. Assim, a vida costumava se desenrolar, numa calma que às vezes era interrompida por alguma festa, comemoração, briga entre “residentes” ou algum acidente, como as quedas, que eram frequentes.

Após algumas informações preliminares do Instituto, agora passo a descrever o JB como uma Instituição Total, a partir das contribuições teóricas do sociólogo Erving Goffman (1961). Segundo Goffman (1961), uma instituição total é um lugar de residência de muitos indivíduos em situação semelhante, isto é, separados da sociedade mais ampla por um período considerável. Os seres humanos que habitam estes espaços levam uma vida fechada e fortemente administrada.

Goffman (1961) aponta que as instituições totais são estabelecimentos sociais onde ocorrem atividades de determinado tipo. São isoladas do contato exterior e muitos de seus participantes acabam por assumir muitos aspectos em comum. Suas portas são fechadas, com grades, paredes altas, e há o monitoramento da entrada e saída das pessoas. O autor as caracteriza como lugares criados para cuidar de pessoas incapazes de cuidar de si mesmas. Salienta que, ao descrever as características de uma instituição total, está formando um tipo ideal que não é absoluto.

Goffman (1961) argumenta que, nessas instituições, todos os aspectos da vida dos internos — “residentes” no JB — são realizados em um único local, com uma autoridade central, uma espécie de diretoria. As atividades são estabelecidas em horários determinados, seguindo regras aplicadas por um conjunto de funcionários, tudo isso de acordo com um plano racional. Goffman (1961) fala que nelas existe o controle de muitas necessidades humanas por uma organização burocrática, que gere a instituição com vigilância das atividades por grupos dirigentes.

Semelhante ao que Goffman (1961) explicitou em seu livro, no JB também havia uma distância social entre os grupos de “residentes” e cuidadores. Assim como os internados de Goffman (1961), os (as) velhos/as “residentes” do Juvino não eram participantes das decisões tomadas dentro da instituição. Além disso, não eram vistos como consumidores de um serviço, que podem escolher e questionar, apesar de pagarem

70% dos seus benefícios para estarem no Instituto. Ouvi dos próprias “residentes” reclamações sobre a falta de participação na administração do lugar.

Goffman (1961) refere-se a dois mundos sociais que caminham juntos, mas não se confundem. Afirma que a divisão entre equipe de dirigentes e de internados é consequência básica da divisão burocrática. Isso supõe também que todas as necessidades essenciais são planejadas, mas de modo que os internados fiquem excluídos do que é decidido. O autor discorre sobre o aborrecimento de muitos dos internados, sobretudo pelo pouco investimento em atividades de lazer, uma falta também constatada no JB e que parecia reforçar, de modo significativo, um *ethos* institucional em que predominava, a maior parte do tempo, o ócio.

Seguindo a linha de pensamento de Goffman (1961), quando ele fala das características das instituições totais, percebi que o JB também era um lugar que possuía barreiras ao mundo externo. Um lugar que servia para “incapazes e inofensivos” e para “pessoas incapazes de cuidar de si mesmas”, para usar os termos de Goffman (1961, p. 16). Devo destacar que não apresento o JB como uma instituição total com todas as características listadas por Goffman (1961). Mesmo o autor salienta que a sua classificação não é clara ou exaustiva, “mas dá uma definição puramente denotativa da categoria como um ponto de partida concreto” (Goffman, 1961, p. 17).

Norbert Elias (2001, p. 86) designa os asilos de “desertos de solidão” ao se referir a um lugar que pode levar à perda de vínculos, um rompimento das relações familiares. Um isolamento da vida social e familiar para se morrer na solidão das instituições. Ecléa Bosi (1979) afirma que os asilos podem se converter em uma forma de oprimir os velhos através do banimento e da discriminação.

Quando Michel Foucault (1997) fala sobre os asilos, também não apresenta uma descrição positiva. Diz ser um lugar cujo medo é um elemento essencial; o asilo aparece como anacrônico, onde vigoraria certa animalidade, e onde a liberdade seria limitada pela solidão. Neles, a vida se torna um ato de acusação que pune a loucura através do isolamento. Um lugar de precariedades que costuma confinar não apenas loucos, mas também velhos, ou mesmo “velhos loucos”, uma massa de “desalmados”.

Guita Grin Debert (1999) apresenta que, no asilo onde realizou sua pesquisa, identificou velhos/as que tinham dificuldade em expor seus sentimentos, como se houvesse certa impenetrabilidade nessa dimensão da vida dos asilados. Iara Souza (2013), ao se referir aos internamentos em hospitais psiquiátricos, diz que os benefícios são inexistentes, pois tais instituições, muitas delas, têm o potencial de tornar as pessoas

realmente loucas. Pois não tendem a produzir melhoras, mas a manter as pessoas sob controle, “calmas” ou, em outras palavras, dopadas, obstruindo a capacidade de atuação e iniciativa. Uma docilização de corpos que se confunde com cuidado em instituições que, por vezes, manifestam um aparato burocrático e processual que acaba por produzir sofrimentos em seus usuários.

Importante ressaltar que Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (2013), informa que a burocracia não deve ser compreendida apenas como um aparato técnico e administrativo neutro, mas como um conjunto de práticas sociais e morais que organiza a vida cotidiana e produz efeitos concretos sobre sujeitos e populações. Em seus estudos sobre documentos e registros institucionais, a autora demonstra que formulários, protocolos e arquivos não são meros instrumentos administrativos, mas dispositivos que classificam pessoas, produzem e negam reconhecimentos e definem modos de gestão do sofrimento social. Nessa perspectiva, os documentos burocráticos operam como tecnologias de poder que concretizam relações entre Estado, moralidade e administração da vida social (Ferreira, 2013).

Esta autora aproxima-se da antropologia do Estado e das burocracias ao enfatizar uma abordagem etnográfica das práticas documentais. Para Ferreira e Nadai (2015), a burocracia constitui um espaço de produção de sentidos e de negociação de responsabilidades, no qual agentes institucionais e cidadãos constroem relações marcadas por hierarquias, temporalidades e disputas morais. Assim, os procedimentos burocráticos não apenas organizam rotinas administrativas, mas também produzem formas específicas de visibilidade, espera e reconhecimento social, sobretudo em contextos atravessados pela vulnerabilidade e pelo sofrimento como em muitos asilos, ILPIs, prisões e hospitais psiquiátricos que reproduzem a lógica de funcionamentos dos antigos manicômios.

A linguagem do Sofrimento

Falar de experiências de sofrimento em Instituições Totais passa pela problemática de encontrar um vocabulário possível para dar conta de uma realidade que sempre escapa. A descrição é sempre precária, parcial e localizada.

Referir-me à “linguagem do sofrimento” que caracterizava o sofrimento social no Instituto Juvino Barreto é recorrer a significados e elementos observados “em campo” que permitem traçar um fio condutor que dá inteligibilidade à experiência etnográfica. “Linguagem do sofrimento” é mais do que palavras, pois também se constitui de silêncios,

de cheiros, de olhares, sentimentos, sensações e percepções do ambiente. Constitui-se também por sutilezas que se operacionalizam no cotidiano, conformando uma realidade institucional marcada pelo sofrimento social.

Pensar a linguagem do sofrimento dos velhos e velhas asilados como uma construção social significa compreendê-la para além da dimensão estritamente biológica ou individual do envelhecimento. Nessa direção, Veena Das (2007) contribui ao refletir que o sofrimento é produzido e experienciado nas relações sociais, atravessando o cotidiano e os modos pelos quais os sujeitos elaboram suas experiências de dor, abandono e precarização. Para a autora, o sofrimento social não se restringe a acontecimentos extraordinários, mas se manifesta nas violências ordinárias inscritas na vida cotidiana, tornando-se parte das formas de existir e habitar o mundo.

No contexto das ILPIs isso permite compreender como os processos de institucionalização, isolamento familiar e perda de autonomia produzem marcas subjetivas que são comunicadas através dos corpos, das narrativas e dos silêncios dos sujeitos envelhecidos.

De modo semelhante, Claudia Coelho (2019) aponta que as experiências de sofrimento podem ser compreendidas enquanto construções socioculturais mediadas pela linguagem, pelas relações de poder e pelos contextos históricos nos quais os indivíduos estão inseridos. Assim, a “linguagem do sofrimento” não corresponde apenas a uma expressão emocional individual, mas a uma forma socialmente construída de comunicar experiências de dor, exclusão e invisibilidade. No caso dos (as) velhos/as institucionalizados/as, essa linguagem se manifesta tanto nas falas quanto nos gestos, nos silêncios e nos próprios corpos envelhecidos, revelando experiências marcadas por rupturas de vínculos, abandono afetivo e processos de desumanização frequentemente naturalizados socialmente.

Chiara Pussetti e Micol Brazzabeni (2011) afirmam que o conceito de sofrimento social é uma lente por meio da qual é possível olhar para as relações profundas entre as experiências subjetivas do mal-estar e os processos históricos e sociais mais amplos. Ele resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por indivíduos ou grupos. O mal-estar deriva daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas. Neste tipo de sofrimento, há limitação da capacidade de ação dos sujeitos, o que revela uma incômoda relação entre o sujeito e a ordem social, que restringe a liberdade dos indivíduos.

Novaes (2016) classifica o sofrimento social como fruto de violências que a ordem social impõe às pessoas e resulta daquilo que o poder político, econômico e institucional provoca. A autora afirma que o sofrimento não se isola na esfera individual; pelo contrário, liga-se ao contexto social mais amplo. Novaes (2016) aponta que o olhar da antropologia para o sofrimento humano pode contribuir para políticas públicas, permitindo questioná-lo, problematizá-lo, tendo como suporte situações de vida de pessoas reais que o experienciam na pele.

Tomo, assim, emprestado o argumento das autoras sobre “sofrimento social”, sobretudo no tocante às relações profundas entre as experiências subjetivas do mal-estar e processos sociais mais amplos, mas faço uma reinterpretação para o contexto desta pesquisa, pois considero que, no JB, o próprio sofrimento se torna linguagem, estrutura que conforma a instituição e as experiências subjetivas que lá se desenvolvem, embora eu perceba que, para a constituição dessa estrutura de linguagem, o papel do Estado e da sociedade no entorno é fundamental, isso é, está ligada à cultura.

Os antropólogos Gilberto Velho e Eduardo Viveiros de Castro (1978) dizem que uma cultura consiste em um conjunto de regras para ação e pensamento, e determinar estas regras nos permite entender de dentro o comportamento dos membros de uma cultura. Velho e Viveiros de Castro (1978) afirmam que o trabalho básico de todo antropólogo seria decodificar culturas ou traduzir os códigos. Os mesmos autores argumentam que cada cultura é um universo em si mesmo e que cada homem está penetrado por ele em seus gestos e pensamentos. Atentar para a linguagem do cotidiano, para buscar entender o sofrimento no JB, que se manifestava de diversas maneiras, me fez compreender que a linguagem é um importante domínio da cultura.

Observar e interagir com os velhos e velhas “residentes” do JB me possibilitou penetrar na “linguagem do sofrimento” que marcava aquela realidade, tal qual uma estrutura inconsciente, aquilo que o sociólogo Pierre Bourdieu (1983) interpreta como o *habitus*, uma estrutura social tornada carne, que se impregnava no corpo das pessoas e marcava e conformava suas subjetividades, suas experiências cotidianas. Pessoas que, ao mesmo tempo em que eram constituídas por aquela linguagem, também a criavam, através de um processo cíclico, de retroalimentação, em que não se pode estabelecer onde se inicia ou onde termina, tal como nos lembra a teoria da estruturação do sociólogo Anthony Giddens (1989).

A experiência de campo que tive no JB pode ser aproximada da pesquisa que o antropólogo João Biehl (2016) fez em *Vita*, local que o autor identifica como um “depósito

de gente”. *Vita* era um centro de reabilitação de Porto Alegre - RS para dependentes de drogas, em que enfermos e velhos/as, pessoas indesejadas ou improdutivas, eram jogadas por suas famílias ou instituições do Estado.

Vita foi identificada por Biehl (2016) como uma “zona de abandono social”. Nas palavras do autor, “*Vita* é a vida numa língua morta” (2016, p. 398). Ao falar sobre *Vita*, há a preocupação de Biehl (2016) de tornar visível ao Estado um lugar de morte, em que pessoas são deixadas para morrer, sem que houvesse culpados, um lugar onde vigorava a impunidade. O autor apresenta uma linguagem institucional em que o sofrimento predomina sobre os corpos, manifestando-se no controle e na docilização medicamentosa.

Uma experiência em campo

Agora descrevo uma situação peculiar do campo envolvendo o idoso Manuel. A partir dela, pretendo caracterizar o sofrimento social da instituição, evidenciando como a linguagem incide sobre os corpos asilados.

Numa das tardes em que estava em visita ao JB fazia muito calor. Era um dia em que as moscas não davam descanso aos (às) velhos/as do salão São Vicente, tanto que a maioria dos homens estava do lado de fora, no pátio. Mas um deles permanecia no salão: o “residente” Manuel, que havia chegado ao JB há pouco tempo, trazido por suas filhas.

Conversei com uma delas, Moana, a filha mais nova de Manuel, que o visitava com frequência a fim de ajudar no cuidado do pai. Ela me disse, em certa ocasião, que ela e seus irmãos decidiram deixar o pai na instituição porque não conseguiam mais cuidar dele. Falou-me sobre o diagnóstico de esquizofrenia de Manuel, da dificuldade de lidar com ele nos momentos de crise, em que ele se tornava violento e punha em risco a vida de quem estivesse por perto. Moana relatou ter sido orientada por uma psicóloga de que, se continuasse a viver na mesma casa que seu pai – dormiam no mesmo quarto – estaria se arriscando muito, pois ele poderia atacá-la em algum momento de crise.

Moana era uma jovem de aproximadamente 20 anos e me parecia triste por ter que deixar Manuel no JB. Contou-me que não estava mais conseguindo dar conta do cuidado. Narrou que, no ano passado, “foi jubilada” do curso de engenharia da UFRN por causa das preocupações que tinha com o idoso, que a impediam de se dedicar à sua vida profissional. Afirmou que pretendia fazer um cursinho, sendo necessário deixar Manuel na instituição, embora continuasse a ver seu pai sempre que pudesse. Ela sabia que logo estaria mais ocupada, por isso as visitas não poderiam ser tão frequentes. De fato, pude

observar que as visitas de Moana a seu pai, que eram diárias, com o passar do tempo tiveram intervalos cada vez maiores.

Este parecia ser um fenômeno comum no JB entre os “novos residentes” que eram levados por suas famílias para a instituição. Conforme observado por mim e de acordo com relatos da assistente social, nos primeiros dias as visitas eram regulares, mas, aos poucos, iam se tornando esporádicas. Em alguns casos, elas cessavam, e a instituição precisava entrar em contato com filhos, parentes, amigos e responsáveis pelos idosos e idosas para lhes cobrar visitas, pois, de acordo com a assistente social, os(as) velhos(as) ficavam com saudades e queriam ver seus(suas) filhos(as) e as pessoas que amavam. Soube por funcionários e “residentes” que muitos dos parentes dos velhos\as desapareciam e não voltavam mais.

Célia Caldas (2002) afirma que, à medida que se desenvolve o processo demencial, mudam-se os papéis sociais, com a consequente frustração dos(as) filhos(as), que se tornam responsáveis por não fazer o suficiente para o ente amado. O processo pode provocar efeitos devastadores nas pessoas afetadas e em seus familiares. Trata-se de um fenômeno irreversível, recorrente em uma população que envelhece, e consiste em alterações cognitivas na memória, linguagem, percepção e capacidade de resolver problemas. É um processo contínuo de deterioração que causa sofrimento na família e exige novas formas de agir, pois os\as velhos\as tendem a ficar deprimidos por verem suas funções mentais se esvaírem.

A autora aponta que é diferente quando o cuidador é um familiar, que precisa ver a pessoa que ama se tornar outra pessoa. Parecia ser difícil para as filhas de Manuel acompanharem o avanço da condição de seu pai. Além disso, Caldas (2002) explica que a urbanização e a preocupação com o próprio sustento tendem a quebrar vínculos. O(a) cuidador(a) familiar apresenta cansaço, tensão, limitação do seu lazer, e sua paciência é minada. Ele(a) próprio precisa de cuidado. Há uma dor por ver o parente inerte no leito e uma nostalgia da antiga pessoa que aquele ente foi no passado (Caldas, 2002). Tais elementos parecem explicar, em parte, a atitude das filhas de colocar o idoso naquela instituição total.

Em certo dia de visita, vi que Manuel estava sozinho. Passei pela Vila São Vicente e o vi preso, amarrado com um lençol em uma cadeira de rodas. Ele suava e encharcava suas roupas brancas enquanto se contorcia para se livrar. Seu corpo todo tremia em desespero por estar preso e não conseguir se soltar. Fazia muita força, suspendia o tronco, colocava as costas na parede, mas o nó que o prendia parecia impossível de ser desfeito.

A sua respiração era ofegante e seu olhar remetia ao desespero de alguém que tenta alcançar uma liberdade impossível.

Depois de momentos de grande esforço, em que ele tentava se desvencilhar erguendo completamente o tronco, usando todas as forças dos seus músculos, deixava-se cair novamente na cadeira, seu corpo se tornava lânguido como se a esperança da liberdade o tivesse deixado junto com suas forças, fazendo seu corpo despencar sobre a cadeira. Mas ele não parava de tentar, como se sua vida dependesse da libertação daquela cadeira de rodas, que parecia ter se transfigurado em sua prisão, da qual queria se livrar a qualquer custo.

De acordo com um cuidador do Instituto, amarrar os (as) velhos/as com lençóis era uma forma de impedir que caíssem e se machucassem, pois, as quedas eram muito frequentes. Aquilo era um tipo de contenção física. Ressalto que em sua pesquisa sobre contenção mecânica de velhos/as em ILPIs, Romulo Delvalle et al. (2020) associaram o procedimento à piora na deambulação, além do aumento de dependência, piora cognitiva e agravos na Doença de Alzheimer. Os autores demonstram a necessidade de intervenções alternativas à contenção mecânica.

Em matéria conferida no site do Portal do Envelhecimento, é dito que “cadeiras de rodas não são tratamento” e que seu uso deve ser especificado com muito cuidado, pois pode trazer prejuízos permanentes, sobretudo devido ao equívoco de se associar, quase que automaticamente, a dificuldade de caminhar ao processo de envelhecimento. Gabriela Goldstein (2017) aponta que colocar o idoso que caminha lentamente em cadeiras de rodas pode agravar os seus movimentos, diminuindo a sua mobilidade, sem falar dos diversos prejuízos emocionais. Não que as cadeiras de rodas não possam ser importantes aliadas no cuidado, mas precisam ser usadas corretamente, promovendo qualidade de vida, não sofrimento.

Manuel era levado ao Hospital Psiquiátrico João Machado, caso ficasse “muito agitado”, informou um dos “residentes”. Cuidadores me disseram que ele não havia “se entregado à medicação”. A medicação, segundo me relataram, tinha o poder de acalmar os (as) velhos/as.

Manuel ainda não havia se familiarizado com o JB. Mesmo com a visita de sua filha, as tentativas de fuga eram frequentes. Ele não se acalmava, estava sempre agitado, inquieto. Não queria ficar parado. “Não se entregava à medicação”, para usar um termo comum utilizado por cuidadores e alguns “residentes” para se referir à sua inquietação e anseio por fugir. Como acompanhei os seus primeiros dias na instituição, pude notar

algumas mudanças no seu comportamento, que pareciam se dever, sobretudo, a mudanças em sua medicação.

Com o passar dos dias, em visitas posteriores, percebi que ele estava ficando cada vez mais “calmo”, sonolento. Houve ocasiões em que soube que ele havia passado o dia inteiro dormindo por causa da “adaptação à medicação”, que havia sido aumentada, conforme relatos. Eu ia visitar Manuel em seu leito e via que ele dormia profundamente. Se o quadro de agitação voltasse, era amarrado à cadeira de rodas ou aumentava-se a medicação. Aquilo era um tipo de contenção medicamentosa.

Quando o vi amarrado pela primeira vez, contorcendo-se para sair, reparei que suas pernas estavam amarradas com o lençol, e o nó ficou do lado e atrás da cadeira, a fim de impedir que ele se soltasse. Além de ser amarrado à cadeira de rodas, esta última, por vezes, também era amarrada à cama, a fim de impedir que ele saísse do lugar.

Em um dos dias em que o vi desesperado para se soltar, fiquei aflito, pois a imagem me causou incômodo. Eu me senti incapaz de ajudar ou de aliviar o que Manuel estava sentindo. Fiquei tenso e perturbado quando ele me pediu para que eu o soltasse; ele insistia nesse pedido. À medida que os minutos foram passando, conversei com ele e pedi que se acalmasse, que tudo ficaria bem. Aos poucos, Manuel se tornou mais calmo, pois a conversa o distraía, desviando sua atenção para mim. Eu dizia a ele que não tinha permissão para soltá-lo. Dizer aquilo me incomodava, pois eu gostaria de desamarrar o nó para libertá-lo, sobretudo diante de seus pedidos insistentes. Ele dizia: “Se você é meu amigo, me solte”, “Se você é servo de Deus, me solte”.

Por outro lado, as minhas conversas com Manuel eram sempre marcadas por incompreensões de ambas as partes. A experiência da “esquizofrenia” parecia fazer com que ele habitasse uma realidade alternativa cuja “racionalidade” e operacionalidade eu não tinha talento necessário para acessar.

A antropóloga Lilian Leite Chaves (2009), em sua pesquisa de campo, também enxergou a loucura de alguns personagens que perambulavam pelas ruas da cidade de Ouro Preto-MG como uma linguagem, portadora de racionalidades específicas e *sui generis*, encoberta por “repetições” que representavam mais uma espécie de artificialidade de um universo semântico e cultural muito mais multifacetado, coerente e fantástico do que poderíamos conceber se nos mantivermos na artificialidade das “repetições” dos ditos “loucos”.

Chaves (2009) estranhou, talentosamente, aquilo que os ouro-pretanos tinham como “familiar”, “trivial”, “comum” e “não-problemático”, mostrando que a antropologia, principalmente através da escuta e observações atentas, além de outras técnicas de pesquisa, torna possível acessar universos aparentemente ininteligíveis para a maioria de nós.

Entretanto, mesmo não conseguindo penetrar no universo hermético da loucura de Manuel, em nossas interações notei, um discurso aparentemente “desconexo”, à primeira impressão, mas que revelava críticas ao modo como estava sendo tratado, como se estivesse, timidamente, resistindo à cultura normativa da Instituição Total e ao tratamento psiquiátrico.

Iara Souza (2003) tece críticas à psiquiatria que, segundo a autora, é uma ciência que, por vezes, faz um esforço para a normatização da vida, constituindo sujeitos e corpos dóceis. A autora afirma que a medicina, muitas vezes, aparece como um empreendimento moral semelhante à lei, que busca encobrir e controlar o que considera indesejável. Um controle que, por vezes, leva à mortificação do Ser.

Mortificação do “eu”

A observação do JB permitiu perceber algumas das peculiaridades de Instituições Totais, fenômenos que podem levar a um processo de deformação e mortificação do eu, em que as pessoas são levadas a cumprir uma série de rituais, via de regra, indignos para quem os executa. Goffman (1961, p. 31) diz que “o indivíduo precisa participar de atividades cujas conseqüências simbólicas são incompatíveis com sua concepção do eu”. Além disso, Goffman (1961, p. 34) aponta que “Finalmente, em algumas instituições totais o internado é obrigado a tomar medicamentos orais ou intravenosos, desejado ou não, e a comer alimento, por menos agradável que este seja”.

No JB, ocorriam as aplicações de medicamentos em “residentes” a fim de “acalmá-los”. Manuel era sedado para ser contido em suas tentativas de fuga constantes. Outros eram medicados para que deixassem de ser “agressivos”. Havia velhos/as que sofriam de alterações bruscas de humor. Por exemplo, nos momentos em que não dispunham de cigarros para fumar e ficavam estressados.

Goffman (1961, p. 42) explica que em uma Instituição Total os sujeitos podem ter que se submeter a regulamentos, sendo submetidos a sanções “vindas de cima”. Gradativamente, o indivíduo internado perde a sua autonomia, ficando à mercê das

normas institucionais, o que resulta em uma rotina minuciosamente controlada em que todos os horários, de cada atividade, estão previamente definidos. Isso faz parte do que Goffman (1961) chama de “mortificação do eu”. Há nesses movimentos, de acordo com o autor, uma quebra da liberdade pessoal, a perda de comodidades e confortos de outrora, bem como da escolha pessoal. Interpreto que fazer com os “residentes” tomassem medicação de maneira forçada expressava uma perturbação na capacidade de escolha pessoal, tal como ocorreu com Manuel.

Goffman (1961) também aponta que dentro da Instituição Total pode ocorrer tensões psicológicas do internado devido às profanações do eu, da intimidade dos sujeitos, de sua liberdade de escolher, de ir e vir. Para autor, esse cenário pode gerar quadros de angústia, perdas sono etc.

Nas instituições totais o “eu” é mutilado através de uma série de barreiras que o privam do mundo externo. Os antigos papéis sociais sofrem perturbações a fim de separar os internados do mundo exterior. Esse pode ser um processo longo que dura até anos. Há o “*despojamento do papel*” ou da identidade (Goffman 1961, p. 24). Opera-se uma ruptura com o passado, com as antigas identidades e passa a ser exposto um novo código de vida, a rotinas e atividades completamente diferentes do que estavam acostumados.

No JB, esse processo de mortificação ficou evidente nas dificuldades adaptativas pelas quais passou o idoso Manuel assim que chegou à instituição. Foi possível identificar o momento do choque cultural além das suas resistências à vida institucional. As técnicas de mortificação do “eu” pareciam andar de mãos dadas com o controle de corpos. O uso de cadeiras de roda e de medicamentos para tratar “a contenção”, emergem como procedimentos terapêuticos repletos de controvérsias e ambiguidades.

Corpos Controlados

Eu soube, através de outro idoso, que Manuel chegou a ficar o dia inteiro amarrado/contido à cadeira que também estava amarrada a uma cama, que se debatia tanto a ponto de se cansar e dormir na cadeira. Através da descrição desta cena é importante ter em mente, também, que mesmo o “cuidado” em um lugar marcado pela “linguagem do sofrimento” assume feições próprias e é ressignificado passando a operar em conformidade com as linguagens e códigos que conformam determinado universo institucional. A realidade social do JB e de outros lugares semelhantes parecem

desenvolver tecnologias e pedagogias de cuidado que emergem de sistemas simbólicos em que a violência é criadora de sentidos e práticas, sendo, muitas vezes, naturalizada.

Manuel com as mãos, fazia referência a si mesmo e disse: “*olha aqui como nos tratam, pensam que somos animais*”. Parecia o desabafo de um homem aprisionado. De acordo com Caldas (2002) e Minayo (2002) a perambulação é comum em velhos/as que foram muito ativos no passado e não se pode impedi-los e sim garantir a sua segurança. O ideal é deixar que caminhem livremente. Entretanto, os processos de naturalização de situações limite se parecem se tornar o caminho mais fácil em meio a estruturas sociais que não oferecem outras opções para essas pessoas. O controle da motilidade aparece como um poderoso modo de controle social do corpo, o docilizando.

Na definição de Foucault (1996), um corpo dócil é aquele que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. Preso no interior de poderes apertados que lhes impõe limitações, proibições ou obrigações. Este processo não significa “cuidar do corpo”, mas trabalhá-lo detalhadamente, executar sobre ele coerção ininterrupta, constante, de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, espaço e movimentos. Trata-se de coerções que incidem sobre os corpos através de uma manipulação calculada de seus elementos, desde gestos a comportamentos. Uma “anatomia política”, “pequenas astúcias”, arranjos sutis de aparência que obedecem a “economias inconfessáveis” de controle (Foucault, 1996, p. 133-134).

Annette Leibing (2012) em seu estudo com enfermeiros comunitários que trabalhavam com velhos/as pacientes de saúde mental em Quebec, ao falar sobre adesão ao tratamento, diz que vários autores têm chamado a atenção para o fato de que as altas taxas de uso de medicamentos entre os (as) velhos/as não podem ser explicadas apenas por necessidades clínicas.

Leibing (2012) identificou trabalhos que mostraram que grande parte das práticas médicas de prescrição está baseada em atitudes fundamentalmente negativas, ou mesmo preconceituosas, em relação às pessoas mais velhas, o que justifica, para os médicos, o uso prolongado de medicamentos sem muita preocupação quanto a efeitos colaterais. Além disso, medicamentos usados sem o devido cuidado e sensibilidade podem disfarçar instrumentos de poder e controle que visam o controle e disciplinamento de corpos, como se fosse uma forma de torná-los dóceis a certas estruturas.

Muitas instituições para velhos/as parecem funcionar como zonas de contenção, o lugar do “esquecido”, do que não pode aparecer, nem ser lembrado. Um ambiente de disciplinamento do Ser, que tem o poder de levá-lo a uma condição de indignidade. Nesses

locais, a vida controlada é transformada em uma “não-vida”, o humano em um “não-humano” para pensar nos termos de Biehl (2013) ao se referir ao *Vita*.

A teoria de Foucault (1979) parece se aplicar de modo adequado aos processos políticos que gerem os corpos dos velhos e velhas asilados, que são conformados à economia de controle de corpos. Biehl (2016) apresenta questões importantes quando se referiu a algumas “casas geriátricas” como eufemismos para designar lugares de abandono que se alimentam de salários e do dinheiro de aposentadoria ou doações. Em sua pesquisa, ao narrar a história de “Catarina”, que identifica como “ex-humano”, os fármacos apareciam como uma forma de violência.

O JB também possui os seus “ex-humanos”, Manuel fora proibido de perambular ao ser contido na cadeira de rodas. A medicação que recebia tinha um caráter um tanto ambíguo, pois tinha o potencial não somente para, supostamente, “curar” a sua agitação, mas de, também, docilizar o seu corpo a fim de que se adaptasse à vida na instituição. O fármaco que o entorpecia, o remédio que trazia a “calma”, também parecia levar parte da sua “alma”.

Considerações Finais

As discussões antropológicas sobre envelhecimento têm evidenciado como as experiências da velhice são profundamente atravessadas por desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero. No Brasil, onde o cuidado historicamente foi atribuído às famílias — sobretudo às mulheres —, o crescimento das ILPIs revela transformações nas estruturas familiares e nas dinâmicas urbanas contemporâneas. Nesse sentido, instituições como o Instituto Juvino Barreto tornam-se espaços privilegiados para observar as formas pelas quais o sofrimento, o abandono e o cuidado são socialmente produzidos e negociados.

A contribuição da antropologia consiste justamente em compreender esses ambientes para além de sua dimensão institucional, atentando para as narrativas, corporalidades e práticas cotidianas que constituem a experiência do envelhecimento institucionalizado. Desse modo, a velhice deixa de ser entendida como uma etapa homogênea da vida, passando a ser percebida como uma experiência plural, atravessada por diferentes trajetórias sociais e por distintas maneiras de viver e significar o tempo, o corpo e a memória.

Ao buscar compreender a “linguagem do sofrimento” no JB, por meio de elementos que a caracterizam o cotidiano institucional, deparei-me com uma Instituição Total constituída por uma economia do cuidado atravessada pelo controle de corpos e algumas práticas terapêuticas ambíguas que nos convidam a refletir sobre os riscos da desumanização em Instituições de Longa Permanência para Idosos.

Biehl (2013) diz: “*Vita is the word for a life that is socially dead, a destiny of death that is collective. Vita is a microcosm of Brazil*” (p. 135).¹. Do mesmo modo, também percebo no JB uma aproximação da “linguagem do sofrimento” com um destino antívida, pois funciona a partir de uma racionalidade cujo vocabulário se aproxima da morte, de uma lógica institucional que levam à proliferação de desumanidades.

Bourdieu (2014) ao explicar a “dominação masculina”, refere-se a uma estrutura de dominação que conformava um *habitus* que incidia sobre a vida das pessoas. É como interpreto a “linguagem do sofrimento” no JB, que também se configura como uma estrutura naturalizada, um *habitus* que domina corpos por meio de uma linguagem de opressão, uma força estrutural que obriga os corpos à ordem, impondo-lhes limites, gerindo racionalidades, através de rotinas, cadeiras, lençóis, medicação etc. Resultando em corpos contidos, sem liberdade. imersos em violências simbólicas e coerções físicas.

Para escapar à dominação, não basta o conhecimento sobre a operacionalidade do jogo institucional, mas uma transformação radical das condições sociais que leve os dominados a adotarem visões mais livres. Tornando possível questionar as instituições e o modo como elas submetem os corpos, subjugando-os e docilizando-os.

Nas ILPIs, os processos de desumanização frequentemente se manifestam por meio da padronização das rotinas, da perda da autonomia e do enfraquecimento dos vínculos sociais e afetivos dos sujeitos institucionalizados. Ainda que o Brasil tenha avançado no campo jurídico com a promulgação da Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8.842/1994) e do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), permanecem práticas assistencialistas e disciplinadoras que reduzem os velhos e velhas à condição de corpos administrados, invisibilizando suas histórias, desejos e singularidades.

Simone de Beauvoir (1990) aponta que a velhice tende a ser socialmente produzida como lugar de exclusão e inutilidade no interior das sociedades capitalistas modernas, o que contribui para formas cotidianas de negligência e silenciamento. Nesse sentido, a

¹“Vita é a palavra para uma vida socialmente morta, um destino da morte que é coletivo. Vita é um microcosmo do Brasil” (Tradução pessoal).

institucionalização, quando atravessada pela precarização material e afetiva, pode operar como espaço de reprodução do sofrimento social, especialmente entre sujeitos historicamente vulnerabilizados pela pobreza, abandono e desigualdade social.

Além disso, a permanência dessas configurações demonstra uma contradição central entre os marcos legais de proteção e a realidade concreta vivenciada nas ILPIs brasileiras. Embora o Estatuto da Pessoa Idosa assegure direitos fundamentais relacionados à dignidade, convivência familiar e comunitária, liberdade e cuidado humanizado, a efetivação desses direitos ainda encontra limites estruturais relacionados à insuficiência de políticas públicas, ao subfinanciamento da assistência social e à persistência de imaginários sociais que associam a velhice à improdutividade e ao descarte.

Como argumenta Ecléa Bosi (1979), os(as) velhos(as) frequentemente ocupam uma posição subalterna nas dinâmicas sociais contemporâneas, tendo suas memórias e experiências desvalorizadas. Assim, refletir sobre os riscos da desumanização nas ILPIs implica compreender que o cuidado não pode restringir-se à manutenção biológica da vida, mas deve envolver também o reconhecimento ético, político e subjetivo dos velhos e velhas enquanto sujeitos de direitos, memória e existência social digna.

Referências

- BARROS, Myriam Lins de (org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos—abandono social—desejo. *Revista de Antropologia*, p. 413-449, 2008.
- BIEHL, João. *Vita: Life in a zone of social abandonment*. Univ of California Press, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro, ed. BestBolso, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, ed. Companhia, 1979.

BRASIL. *Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, DF: Presidência da República, 1994.

BRASIL. *Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005*. Aprova o regulamento técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos. Brasília, DF: ANVISA, 2005.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 27, n. 1, p. 232-235, 2010.

CALDAS, Célia Pereira. O idoso em processo de demência: o impacto na família. In. *Antropologia, saúde e envelhecimento*, p. 51-72. Rio de Janeiro, ed. Fiocruz, 2002.

CHAVES, Lilian Leite. “Esse Negócio de Loucura, Cê Sabe Né, Fia?": Integração e Diferenciação pelas Ruas de Ouro Preto. *Dissertação de Mestrado* do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília. 2009.

DAS, *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, ed. Edusp, 1999.

DELVALLE, R., Ferreira Santana, R., Kassiadou Menezes, A., Cassiano, K. M., de Fátima, S. D. C. P., Barros, A., & Carolina, A. Contenção mecânica em instituição de Longa Permanência para Idosos: estudo transversal. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, 2020.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Editoria Guanabara Koogan. 1989.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade: elementos da teoria da estruturação*. Tradução de Feijó, Álvaro; Rezende, Eunice. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, ed. Perspectiva, 1961.

GOLDSTEIN, Gabriela C. de A. *Cadeira de rodas não é tratamento*. 2017. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/nossas-cidades-nao-estao-preparadas-para-mobilidade-dos-idosos>. Acesso em: 02/07/18.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. “Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 39-68, 2013.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita; NADAI, Larissa. Reflexões sobre burocracia e documentos: apresentação do dossiê. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, Niterói, v. 17, n. 3, p. 7-15, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo, ed. Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, Michel; RAMALHETE, Raquel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Vozes, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder: organização e tradução de Roberto Machado*. Rio de Janeiro: ed. Edições Graal, v. 4, 1979.

G1 RN. *Em crise financeira, abrigo para idosos de Natal pede doações*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2014/06/em-crise-financeira-abrigo-para-idosos-de-natal-pede-doacoes.html>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

G1 RN A. *Lar da Vovozinha e Juvino Barreto lutam contra problemas com convênios*. Disponível em: <<http://agorarn.com.br/cidades/lar-da-vovozinha-e-juvino-barreto-lutam-contra-problemas-com-convenios>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

LEIBING, Annette. Invertendo a adesão, desdobrando o envolvimento: Envelhecimento, saúde mental e o cuidado oferecido ao paciente confiante. In: *Para além da eficácia simbólica: estudos em ritual, religião e saúde*. EDUFBA, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo, ed. Abril Cultural, 1978.

NOBERT, Elias. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro, ed. Jorge Zahar, 2001.

NOVAES, Rafaella Eloy de. *Quando uma história torna-se um caso: narrativas de sofrimento no CAPS II de Taguatinga*. Brasília - Distrito Federal, 2016.

PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, p. 491-501, 2006.

PUSSETTI, Chiara; BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 15, n. 3), p. 467-478, 2011.

REVISTA JUVINO BARRETO. *60 anos do Instituto Juvino Barreto*. 2005.

SOUZA, Iara Maria (2003). O asilo revisitado In: RABELO, Miriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA, Iara Maria. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro, 2003. Ed. Fiocruz, pp. 139-168. 2013.

TRIBUNA DO NORTE. *Intervenção já apresenta melhora na vida dos idosos*. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/intervencao-ja-apresenta-melhora-na-vida-dos-idosos/164482>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

TRIBUNA DO NORTE. *Juvino pode ter novos problemas*. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/juvino-pode-ter-novos-problemas/175761>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica*. v. 1. São Paulo: Artefato, 1978.

Recebido em 30 de setembro de 2025

Aceito em 18 de maio de 2026